

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA E O CONTEXTO ESCOLAR

*Sueli Bulhões da Silva¹
Ilda Lopes Rodrigues da Silva²*

Resumo

O texto apresenta algumas considerações a respeito da questão da violência na sociedade contemporânea bem como, algumas de suas expressões concretas no contexto escolar. Sugere uma ação educativa apoiada no diálogo e na participação como contribuição à construção de um mundo menos violento.

Palavras-chave: violência; contexto escolar; diálogo; participação.

Abstract:

This text presents some considerations about violence in the contemporary society as well as some of its concrete expressions inside the school context. It suggests an educative action based on dialogue and participation as an approach to the construction of a less violent world.

Keywords: violence; school context; dialogue; participation.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

² Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO e Coordenadora do Curso de Especialização em Atendimento a Criança e Adolescente Vítimas da Violência Doméstica PUC-RIO.

I

O ponto de partida para esta reflexão é a grave preocupação com a crescente violência manifesta na vida social e o resgate do contexto escolar enquanto espaço de possibilidades de construção de uma nova sociedade. Pensar a violência apenas em uma perspectiva de danos à integridade física do homem, reduz nosso pensamento, obstaculizando a percepção da mesma como processo com diversas facetas: estruturais, simbólicas, psicológicas, éticas, físicas, etc. A violência, hoje, se faz presente, em suas diversas expressões, de formas visíveis e invisíveis perpassando as experiências diárias dos indivíduos no interior das sociedades e instituições. A contínua repetição de atos/ações violentas a banalizam contribuindo para a ruptura das relações de respeito, solidariedade, justiça e democracia. Sua ocorrência vem se dando em um mundo cada vez mais marcado pela inversão de valores que no dizer de Galeano (1999) se caracteriza como um “mundo ao avesso”, mundo cuja linguagem apresenta, entre outros, os seguintes eufemismos:

*“(...) o capitalismo exhibe o nome artístico de **economia de mercado**;*

*o imperialismo se chama **globalização**;*

*(...); o oportunismo se chama **pragmatismo**;*

*a traição se chama **realismo**;*

*os pobres se chamam **carentes, ou carenciados, ou pessoas de escassos recursos**;*

*a expulsão dos meninos pobres do sistema educativo é conhecida pelo nome de **deserção escolar**;*

*o direito do patrão de despedir o trabalhador sem indenização nem explicação se chama **flexibilização do mercado de trabalho**;*

*a linguagem oficial reconhece os direitos das mulheres entre os direitos das **minorias**, como se a metade masculina da humanidade fosse a maioria;*

*(...); as torturas são chamadas **constrangimentos ilegais** ou também **pressões físicas e psicológicas**;*

*quando os ladrões são de boa família, não são ladrões, são **cleptomaníacos**; o saque dos fundos públicos pelos políticos corruptos atende ao nome **enriquecimento ilícito**;*

*chamam-se **acidentes** os crimes cometidos pelos motoristas de automóveis;*

(...); em 1995, quando das explosões nucleares da França no Pacífico sul, o embaixador francês na Nova Zelândia declarou: "Não gosto da palavra bomba. Não são bombas. São **artefatos que explodem**";

chamam-se **Conviver** alguns dos bandos assassinos da Colômbia, que agem sob proteção militar;

Dignidade era o nome de um dos campos de concentração da ditadura chilena e **Liberdade** o maior presídio da ditadura uruguaia;

Chama-se **Paz e Justiça** o grupo paramilitar que, em 1997, matou pelas costas quarenta e cinco camponeses, quase todos mulheres e crianças, que rezavam numa igreja do povoado de Acteal, em Chiapas." (1999: 41-42) (grifos nossos).

É neste mundo "ao avesso" que se destacam a indiferença em relação ao outro, a despersonalização, a despolitização, a passividade, a idolatria do corpo, a obsessão pela realização pessoal em detrimento do bem comum, a busca do provisório, a apologia ao mercado e a sedução do descartável. Valoriza-se a competição, a concorrência, o lucro e a razão instrumentalizadora que reduz a educação a uma perspectiva economicista com sérias implicações no processo educativo. Neste mundo, como pensar uma ética nas esferas das relações interindividuais, sociais, culturais e políticas? Como a escola pode colaborar na construção de uma cultura de não-violência? Fundamental, nos parece, é a escola estar atenta às diferentes manifestações de violência que ocorrem no seu exterior e no seu próprio espaço escolar, bem como as suas causas e possíveis encaminhamentos.

II

Se de um lado, a violência no espaço escolar se mostra nas relações entre alunos e professores, alunos entre si, entre gestores e funcionários/professores/alunos, pais e professores/funcionários, em suas formas concretas (agressões físicas, verbais, depredações, furtos, etc.) ou dissimuladas (não existe a solidariedade, a participação é negada, avaliações são usadas como punições, o preconceito predomina em muitas das decisões e ações, etc.), por outro lado, a escola revela-se como espaço privilegiado para se aprender, praticar e vivenciar a justiça, a solidariedade, o respeito mútuo, e a não-violência, tendo no diálogo e na participação dois processos eminentemente educativos.

Para Buber (1982), a pessoa se constitui através da relação com o outro. Neste sentido, é nesta relação que se constrói uma atitude essencial de “voltar-se para o outro” configurando-se o diálogo como aspecto intrínseco ao ser humano. Em sua reflexão, Buber identifica três formas de diálogo: o *autêntico*, marcado pela consideração da presença do outro, pelo estar presente na relação, o *técnico* que se caracteriza pela objetividade, por sua razão instrumental, e o *monólogo* que consiste em “dobrar-se-em- si-mesmo” disfarçado de diálogo (Buber, 1982:54).

Ao considerarmos o ato educativo uma ação entre pessoas, em sua dimensão de prática social, o diálogo autêntico propicia ao educando aprender a descobrir-se a si mesmo e aos outros através das relações que desenvolve. Em outras palavras, a escola torna-se um espaço no qual o “aprender a ser” e “a viver juntos” fica impregnado dos saberes e da vivência dos direitos humanos, instigando a possibilidade de uma prática educativa norteada por uma ética de valorização e de construção do ser humano como cidadão. Exercer a cidadania, respeitar os direitos dos outros e cumprir os deveres, ser responsável e co-responsável são experiências e vivências que permitem plantar e cultivar a semente de uma nova pessoa e de uma nova sociedade.

Assim como o diálogo, a participação é um traço constitutivo da pessoa, expressão da sua liberdade e consciência, e elemento da sua auto-realização e desenvolvimento. Bordenave (1982) afirma ser a participação uma necessidade humana e um de seus direitos e Pedro Demo (1986) diz com razão que “*O que não é construído com participação, acaba reconhecido como estranho e imposto, por mais que os mandantes tenham boas intenções*” (p.78).

III

Os desafios e inquietações que se colocam são os de criar no contexto escolar uma cultura de participação e desenvolver metodologias e práticas que tenham por base o diálogo para estabelecer um nexos entre o público e o privado, o cotidiano e o inesperado, o interpessoal e o social. A construção dessa nova cultura em nossas escolas passa necessariamente, pela maneira como se realiza a interação cotidiana entre os diversos atores que a compõem e pelos modos como se decide, se organiza e se realiza o trabalho, desde a sala de aula até a escola no seu conjunto e na sua relação com a sociedade local. A vivência do trabalho coletivo em suas diversas modalidades possibilita um importante apren-

dizado sobre tomada de decisões, cooperação, respeito às diferenças, saber ouvir e se posicionar criticamente, diálogo, tolerância, solidariedade, respeito ao outro, etc. Como nos aponta Freire (1987), é a construção do homem que se faz “na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Em que pesem as contradições tão comuns na administração do sistema educacional e no cotidiano dos estabelecimentos escolares, o papel da escola na formação de valores e na cidadania é vital para qualquer sociedade. A escola, enquanto um espaço público deve garantir um fórum amplo de discussões sobre questões da coletividade, com representação dos diferentes sujeitos que a integram.

A observação de práticas pedagógicas e de relações educacionais que permeiam o cotidiano de muitas de nossas escolas nos permite descobrir o caminho que estamos percorrendo. Uma reflexão sobre essas realidades nos deve remeter, entre outras, às seguintes questões:

- As relações pedagógicas respeitam e promovem a liberdade consciente e incentivam o exercício do protagonismo? Ou são sutis relações de imposição, autoritarismo e sujeição?
- A participação de alunos/pais/funcionários e professores nas decisões é real ou trata-se apenas de uma participação simbólica que acoberta uma forte concentração de poder?
- As relações que se estabelecem apontam para uma sociedade de justiça e igualdade em direitos fundamentais, de plena cidadania para todos? Ou baseiam-se em concessões, amizades, reforçando o paternalismo, a submissão, o medo, e a acomodação?
- As relações que se estabelecem entre a escola e a família são de natureza apenas burocrático-formal (matrícula, transferência, chamados para receber reclamações ou convocados para alguma atividade regimental)? Pragmático-utilitarista (mutirões, campanhas, feiras)? Ou plenamente participativa (compartilham decisões e responsabilidades atuando de forma cooperativa) no encaminhamento de soluções para os problemas identificados?

Se acreditamos que relações marcadas pelo autoritarismo convertem o sujeito em objeto, instaurando o espaço propício para as violências, então uma verdadeira cultura dialógica e participativa deve ser posta em ação na escola, para que todos os atores da comunidade educativa (professores, alunos, funcionários, pais/responsáveis) possam desenvolver atitudes como a liberdade de expressão, o diálogo permanente, a capaci-

dade crítica, o respeito e cumprimento das regras decididas democraticamente, bem como os valores da tolerância, da solidariedade e do respeito ao outro, essenciais para a vivência da cidadania numa sociedade democrática e construção de um mundo diferente ao que nos foi apontado por Galeano (1999).

Vale repetir, os desafios são muitos. Mudanças são necessárias e imperativas, pois se não mudarmos o rumo de muitas de nossas práticas não conseguiremos o que desejamos: a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e menos violenta. Embora tenhamos consciência de que a educação, sozinha, não pode mudar toda a realidade social, sabemos também que nenhuma transformação poderá ocorrer sem que nela esteja implicada uma tarefa educativa, era o que nos alertava o mestre Paulo Freire.

Referências bibliográficas

- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Ed. Brasiliense (Col. Primeiros Passos, 95), 1985.
- BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. Tradução de Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista; noções de política social participativa*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará (UFCE), 1986.
- EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Ed.; 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALEANO, E. *De Pernas Pro Ar. A escola do mundo ao Avesso*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1999.
- LUCINDA, M. da C., NASCIMENTO, M. das G., CANDAU, V. M. *Escola e Violência*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.